Recebido em: 28/02/2009 Emitido parece em: 17/03/2009 Artigo original

A EXPANSÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA: UMA ANÁLISE DE SUAS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES

Roberto Gondim Pires[1]

RESUMO

Esta pesquisa fez um balanço qualitativo da expansão do ensino da Educação Física na Bahia, procurando evidenciar suas principais motivações, percebendo as influências que os Cursos de Educação Física sofreram nas suas implementações, a que demandas respondiam e sob que objetivos foram idealizados, assim como, de que forma se articularam na organização e desenvolvimento da Educação Física na Bahia. Com o fim de analisar esta trajetória, buscamos diversificar as fontes de coleta, promovendo desta forma, relações mais estreitas entre a memória dos entrevistados as fontes documentais disponíveis.

Palavras chaves: História, Educação Física, Bahia.

ABSTRACT

This research has made a qualitative assessment of the expansion of teaching Physical Education in Bahia, seeks to show its main motivations, realizing the influence that the physical education courses have in their implementations, and responding to demands from which goals were designed and, how it is articulated in the organization and development of Physical Education in Bahia. In order to examine this history, we diversify the sources of collection, thus promoting, closer relations between the memory of those interviewed the documentary sources available.

Key words: History, Physical Education, Bahia.

A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA E TRILHA METODOLÓGICA

A presente pesquisa procura fazer um estudo histórico da Educação Física na Bahia, com recorte temporal da década de 1970 até os dias atuais, período de existência de Cursos Superiores de Educação Física na Bahia. Ademais, embora o período proposto para o estudo possa parecer muito largo e amplo, não existe de nossa parte a pretensão de reconstruir exaustivamente uma trajetória, ou muito menos de esgotar as possibilidades de escrita da história sobre o assunto. Na verdade, o que se pretende é analisar, à luz das fontes documentais disponíveis, assim como dos depoimentos dos professores e dirigentes de Cursos Superiores de Educação Física na Bahia: sob que ambiente foram implementados os referidos Cursos? para responder a quais demandas? e, quais foram as suas ações mais efetivas na implementação de projetos definidores na organização e/ou reorganização das diretrizes de políticas de Educação Física, Esporte e Lazer para o Estado da Bahia?

Infelizmente essa preocupação relativa à história da Educação Física, parecem não encontrar muito eco na Bahia, Estado que comporta atualmente vinte e três cursos de formação de professores, mas que não tem privilegiado estudos do ponto de vista histórico. Neste sentido objetivamos diminuir a enorme lacuna existente na História da Educação e da Educação Física brasileira e baiana.

O Professor Alcyr Ferraro nos faz um balanço no que se refere a arquivos e documentos relacionados à Educação Física na Bahia:

> ... a pobreza de documentos que comprovam os acontecimentos da Educação Física e do desporto em nosso Estado (...). Até mesmo o arquivo inativo que existia na antiga superintendência de Educação Física e nas repartições subsequentes - como o Departamento de Educação Física e a Divisão de Educação Física- teve sua documentação destruída ou extraviada no período em que se instalou no Estádio Otávio Mangabeira. Do exposto, conclui-se que as décadas de 40 a 80 são absolutamente carentes de documentos que atestam os fatos desses períodos, com exceção de informes obtidos nos arquivos de jornais. (Ferraro, 1991, p.13).

Neste sentido, acreditamos que no nosso contexto, a história oral nos abre uma grande possibilidade, de sistematizar uma possível história da Educação Física na Bahia, pois segundo Le Goff (1992).

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas .(p.540).

A história oral temática, proposta metodológica do presente estudo, compromete-se com:

> ... o esclarecimento ou opinião do colaborador em relação a algum fato definido. Ela busca a verdade de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma versão discutível ou contestatória. Admite o uso do questionário ou entrevista guiada para esclarecer os fatos e detalhes. Baseia-se tanto em documentos como em fontes orais, que servem para esclarecer informações contidas nos documentos analisados. (Molina & Azevedo, 1998, p.17).

Neste sentido optamos por redimensionar o uso convencional das fontes estabelecidas, buscando desta forma, um diálogo entre os documentos (do arquivo do Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Educação e Escolas Superiores de Educação Física e também dos sujeitos que vivenciaram o momento histórico que agora nos interessa) e fontes (tudo que se presta a contar a história, todos os vestígios que nos permitam ampliar a compreensão historiográfica, sejam documentos, relatos orais, iconografias.) de outra natureza, prioritariamente os relatos orais.

Assim, optamos por duas perspectivas simultâneas e não excludentes: as preocupações de contemplar lacunas deixadas pela documentação tradicional, privilegiando a memória por si só como objeto de estudo e as ligações entre história e memória. Enfim, consideramos que as fontes orais não só são interessantes como também imprescindíveis na tentativa de possibilitar uma original investigação da história da Educação Física em um Estado (Bahia), no qual ela não foi profundamente discutida.

PROJETOS DE CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA

O professor Alcyr Ferraro (1991) afirma e indica que a primeira iniciativa de sistematização da formação profissional em Educação Física no Estado da Bahia deu-se em 1942. O poder público estadual baiano baixou os atos necessários à criação e instalação de uma Escola Superior de Educação Física, conforme o Decreto Lei 12. 362 de 1º de julho de 1942.

A referida Escola deveria funcionar no Instituto Normal da Bahia, hoje ICEIA, em prédio recém inaugurado com instalações satisfatórias. Como forma de materializar a proposta de viabilização da Escola de Educação Física na Bahia, foi enviada ao Rio de Janeiro, para a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (ENEFD), uma turma de professores, com a clara intenção de se especializarem, estando previsto o aproveitamento de alguns para compor o quadro docente da referida Escola.

Essas iniciativas tomadas, não foram capazes de sensibilizar o governo posterior, do general Pinto Aleixo, conforme Ferraro (1991), inexplicavelmente anulou a iniciativa, embora essa fosse relevante pela enorme carência de professores especializados na área.

Como a ENEFD concedia bolsas de estudos à estudantes vinculados aos Estados da Federação que ainda não tivessem um processo de formação profissional consolidado em Educação Física, instalou-se na Bahia toda uma movimentação para envio de estudantes que posteriormente supririam a carência de profissionais até então existente.

Neste sentido o Estado da Bahia antes da consolidação de seu primeiro Curso de Educação Física que se dá em 1973, o Curso da Universidade Católica do Salvador, como forma de suprir as demandas existentes da área, envia estudantes para estudarem no Rio de janeiro, inicialmente na Escola de Educação Física do Exército (1938), e a partir de 1940, para a recém-criada Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil, hoje UFRJ.

É importante assinalar que a concessão de bolsas de estudos estava condicionada ao retorno dos profissionais, após o Curso, aos seus Estados de origem, fato este que nem sempre aconteceu, para exercerem a profissão de professor de Educação Física, pois existia o objetivo claro de disseminar focos

de Educação Física por todo o País. Esse compromisso era firmado entre a ENEFD e o bolsista em um contrato previamente assinado.

Ao que parece, o mecanismo de concessão de bolsas não estava atingindo seus objetivos. Assim, a partir de 1948, o professor e então Diretor da ENEFD, Waldemar Areno, começa a viajar ao Norte e Nordeste do Brasil com as seguintes finalidades: a) seleção dos candidatos às bolsas de estudos (que até então era realizada pelo próprio Estado); b) verificação das condições de trabalho dos ex-alunos bolsistas e da situação da Educação Física local.

Areno (1948), na sua inspeção, concluiu que, em 1948, o Estado da Bahia contava com 29 indivíduos diplomados pela ENEFD, dos quais apenas 16 exerciam a profissão na Bahia e dois, no Rio de Janeiro.

> Em resumo, sentimos que a Educação Física na Bahia não é bem cultivada, talvez reflexo do desinteresse fomentado pela falta de fiscalização. Não houve aproveitamento de grande parte dos elementos especializados, muito embora sejam ainda em número muito aquém das necessidades do Estado.(p.29)

Neste sentido, podemos perceber e reconhecer, hoje, que, ainda que o objetivo principal da concessão de bolsas de estudo fosse a disseminação de uma perspectiva única, padrão de formação, ela não deixou de ser uma estratégia de fundamental importância para permitir o acesso, à Universidade do Brasil, à estudantes que de outra forma dificilmente poderiam fazê-lo, especialmente os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, que ainda não contavam com um processo de formação profissional consolidado.

Não existem registros de iniciativas de criação de Curso de Educação Física na Bahia, na década de 1950, até o início dos anos 1960. Não se tinha perspectiva de instalação de um Curso de Educação Física para suprir a carência de professores, que segundo Ferraro (1991) dos professores que atuavam 90% eram considerados leigos, ou credenciados para assumir a profissão com cursos de curta duração.

O debate em torno da criação de uma Escola de Educação Física na Bahia, só é retomado, em 1965, no Governo de Antônio Lomanto Júnior, que através do Departamento de Educação Física, Recreação e Esporte, dirigido por João Alfredo Soares de Quadros, encaminhou uma solicitação ao governador no sentido de criação de uma Escola Superior de Educação Física, por meio do processo 226/65, de 03 de maio de 1965, o que resultou na resolução 30/67, criando a Escola de Educação Física da Bahia, homologada pelo então governador. Todavia, como se reporta Ferraro (1991), a reforma constitucional de 1967, atingindo a Secretaria de Educação e Cultura, impediu a implantação da Escola. Desta forma o Governador do Estado, baixou decreto retirando as providências para sua instalação, não concretizando mais uma vez o intento de se ter uma Escola Superior de Educação Física na Bahia, uma vez que o mandato do referido Governador havia terminado.

O Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia de 1969, no Governo de Luiz Viana Filho faz um diagnóstico do ensino superior na Bahia e apontava possibilidades e necessidades para Cursos Superiores nesse Estado.

Indica o referido Plano que, em 1967, o Estado da Bahia contava com estruturas e demandas satisfatórias compatíveis com a possibilidade de implantação da Escola Superior de Educação Física nesse Estado, entendendo que a Bahia possuía amplas perspectivas de incremento esportivo/cultural expressas em metas do Governo para este setor.

Neste sentido, a criação de uma Escola Superior de Educação Física tinha como finalidade formar professores de Educação Física e pessoal técnico especializado, e por assim dizer, esta iniciativa dotaria o Estado de condições de fornecer aos educandos do sistema estadual de ensino a complementação indispensável à sua formação intelectual e técnica, além de difundir o estimulo de competições esportivas, bem como a pesquisa em alto nível sobre seu campo de atuação e ensino.

Esta iniciativa esbarrou na dificuldade de composição de corpo docente na área de ciência da saúde, neste sentido o Governo estabeleceu como meta instalar quatro Faculdades de Formação de Professores no Interior do Estado: Feira de Santana, Jequié, Alagoinhas e Vitória da Conquista, ficando a Bahia mais uma vez com uma iniciativa abortada em torno da criação e subsequente materialização de um Curso Superior de Educação Física.

Como vimos a efervescência para a criação e subsequente materialização de um Curso Superior de Educação Física e mesmo a implantação do primeiro curso de Educação Física na Bahia (1973) se deram em épocas, que em menor ou maior grau, o país vivia em um contexto político no qual os ventos

democráticos estavam reprimidos e certamente a perspectiva de formação estava pautada muito longe do entendimento da Educação Física como uma disciplina pedagógica, percebendo o movimento como expressão de cultura, mas, muito mais perto da doutrina da segurança nacional ou do suposto desenvolvimento industrial.

Enfim, devemos perceber que o propósito de disseminar focos de Educação Física por todo o país, a partir da ENEFD, acabou impactando no processo tanto organizativo, quanto metodológico das primeiras iniciativas em torno da criação do primeiro curso de Educação na Bahia.

CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA BAHIA

Diante da realidade descrita começava-se toda uma cobrança social para materialização de um Curso superior de Educação Física:

> ... a Escola é uma necessidade, pois em todos Estados da Federação já existe, inclusive Amazonas, Sergipe e outros, para não citar São Paulo, com mais de 10 Escolas, Minas Gerais com 5, Rio Grande do Sul com 3, e assim sucessivamente. (apud Ferraro, 1991, p.70)

Neste contexto os jornais que circulavam na Bahia continuavam a publicar notícias, como uma forma de pressão.

> MDB quer Escola de Educação Física. (Jornal da Bahia, 18/08/1971).
> Educação Física. Por que não temos uma Escola? (Jornal da Bahia, 31/08/1971).
> Escola de Educação Física: A eterna promessa. (A Tarde, 26/09/1971).

Nesta conjuntura, nos conta o Professor Alcyr Ferraro (1991) que ele recebeu um conselho da Professora Leda Jesuíno, diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, no sentido de pensar não na fundação de uma Escola e sim de um curso de licenciatura a ser instituído numa unidade de ensino em uma das universidades existentes, pois desta forma tornaria mais simples a sua criação por viabilizar o curso dentro de uma estrutura já existente, sem alterar, no fim, os objetivos – formar licenciados em Educação Física.

Demovido da ideia de criação de uma Escola Superior de Educação Física, os professores Alcyr Ferraro, Miranda e Fernando Chagas, todos ex–alunos da ENEFD, se articularam, no sentido de encontrar uma forma de sensibilizar o então governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães, em uma de suas visitas no Colégio Estadual da Bahia (Central). A comissão executiva da APEFB com mais três alunos foram solicitar ao governador a instalação de uma Escola de Educação Física, ao que, segundo Ferraro (1991), obteriam a seguinte resposta: “Escola Superior isolada na Capital eu não crio, instalamos Universidades no interior”. A comissão não recuou e fez-lhe uma contraproposta no sentido de firmar um convênio com a Universidade Católica do Salvador para principalmente fazer uso das instalações da Vila olímpica. A isso o governador de pronto respondeu: “topo”. Ferraro (1991).

O jornal *A Tarde,* de 29 de julho de 1972, estampou a seguinte manchete “Educação Física tem Escola na Bahia”. Transcreveremos um pequeno trecho desta notícia:

> Na oportunidade, o Governador Dr. Antônio Carlos Magalhães manifestou a disposição do seu governo em prestigiar a juventude universitária em particular, e a toda mocidade da Bahia, em geral, adiantando que, com este convênio, a juventude terá condições de realizar suas atividades, trazendo assim benefícios não só para o Governo, como para a UCSAL e para toda a comunidade baiana. (apud Ferraro, 1991, p.74)

Desse modo, o Estado da Bahia, aplicou soma de recursos públicos, tanto em instalações, Vila Olímpica, quanto em material, para viabilizar a materialização do primeiro Curso de Educação Física na Bahia, todavia, em uma Instituição Privada, UCSAL.

O curso de Educação Física da UCSAL inicialmente não tinha nem mesmo sede própria, desenvolvendo suas atividades em várias localidades e, podemos observar que das 36 disciplinas que compunham o currículo da UCSAL na sua fundação, cinco disciplinas organizam seus conteúdos à luz das Ciências Humanas, seis disciplinas tratam do conhecimento pedagógico, oito disciplinas organizam seus conteúdos à luz das Ciências Biológicas e 17 disciplinas que tratam do deporto.

É importante destacar que à época da fundação do curso de Educação Física da UCSAL, em 1973, a influência da ENEFD já era claramente decrescente, não sendo considerada mais como Escola

Padrão. Apesar disso – e de outros fatores, como por exemplo, a Reforma Universitária (1968) que entre outras coisas, modificou a estrutura dos cursos universitários, prevendo currículo mínimo com disciplinas de formação geral – o curso da UCSAL, criado 34 anos após o da ENEFD, não deixou de guardar muita identidade no que se refere às suas disciplinas. O que talvez possa diferenciar o curso da UCSAL do da ENEFD no que se refere ao currículo é o predomínio das disciplinas desportivas no curso da UCSAL, o que parece revelar um reforço da concepção de Educação Física centrada na aptidão física, mas notadamente privilegiando os esportes, apontando para a formação de um homem e uma mulher, biologizados, influenciados, e preocupados em reproduzir as mais variadas técnicas esportivas.

Neste sentido acreditamos que na Bahia, consubstanciada pela formação profissional que começava a se realizar, procurou obedecer fielmente à Política Nacional de Educação Física e Esportes, onde preconizava que o trabalho na área de Educação Física no Brasil teria como objetivos centrais a melhoria da aptidão física da população, o grande aumento da participação estudantil e populares em práticas desportivas e o aprimoramento técnico dos desportistas, para assim melhorar o desempenho das representações nacionais em competições internacionais. Esta seria uma forma de contribuir para projetar, no cenário político internacional, a imagem de um Brasil em desenvolvimento.

O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFBA

Só após quinze (15) anos, o Estado da Bahia, um dos principais Estados do Norte e Nordeste do Brasil, conseguiu conquistar um curso público superior em Educação Física, o Curso da UFBA, que, a nosso juízo, nasceu apontando para um modelo diferenciado de formação, talvez influenciado pela unidade de sua instalação, Faculdade de Educação da UFBA, e não em Instituto de Saúde, ou Escola isolada, e neste sentido, acreditamos que o convívio com outras áreas de conhecimento possibilitou um alargamento na perspectiva de formação profissional em Educação Física no Estado da Bahia, conseguindo influenciar os outros cursos que se seguiram, tornando-se referência para a Educação Física baiana, rompendo com paradigmas hegemonicamente conservadores, fincados na Educação Física baiana.

O Curso de Educação Física da UFBA foi aprovado por meio do parecer Nº 425/87 de 16/06/1987, da Câmara de Ensino de Graduação, sendo seu presidente à época o professor José Rogério da Costa Vargens. A indicação era que sua instalação deveria se dá na estrutura da FACED, e oficialmente o Colegiado do Curso foi criado em 25 de setembro de 1987.

O Curso de Educação Física da UFBA criado em 1987, ao que parece norteava-se pela resolução federal Nº 69/69, o que obrigou ao referido Curso em seu primeiro ano de funcionamento, em 19/10/1988, encaminhar à Câmara de Ensino de Graduação uma revisão do currículo do Curso, com fim de adaptar a proposta do Curso à resolução 03/1987 do Conselho Federal de Educação, uma vez que esta não se encontrava em vigor na época da aprovação do mesmo.

A Resolução 03/87 do então Conselho Federal de Educação passou a conferir aos currículos a flexibilidade tão reclamada durante a vigência da resolução do CFE Nº 69/69, transferiu a responsabilidade do CFE para as Instituições de Ensino Superior na elaboração da estrutura curricular, passando a vivenciar uma relação pioneira de formação universitária. Esta resolução também modificou, de forma significativa, a carga horária do curso, passando para 2880 horas-aulas, que deveriam ser cumpridas no prazo mínimo de quatro anos, tanto para o bacharelado, quanto para a licenciatura, dando assim um novo modelo para formação profissional em Educação Física no Brasil.

Neste novo modelo de formação, o currículo mínimo passou a não ser mais concebido como um elenco de disciplinas obrigatórias e, sim, áreas de conhecimentos, que seriam definidas e instituídas por cada Instituição de Ensino Superior de Formação em Educação Física.

Importante pontuar que este modelo de formação (03/87) apresentou um diferencial importantíssimo na maneira de conceber a formação profissional da Educação Física, fixando o mínimo de conteúdos e duração a serem observados nos cursos de graduação, rompendo definitivamente, ou melhor, superando em muito o balizamento definido pala antiga legislação (69/69).

Neste sentido, podemos afirmar que dois elementos foram fundamentais para diferenciar em conteúdo e forma o Curso de Educação Física da UFBA do da UCSAL, quais sejam: primeiro o ambiente que este curso se abrigou, a FACED, onde existe uma multiplicidade de profissionais da área de Educação, que permitiu para o recém chegado Curso, perceber com maior clareza como se dá o fenômeno educativo; o outro ponto foi a resolução Federal que este Curso teve que atender, 03/87, que

por assim dizer, mudava completamente a perspectiva de formação de Educação Física, até então preconizada no Brasil.

O tempo passou. Os estudantes da década de 1990 tornaram-se professores, os professores da década de 1990 tornaram-se mestres e doutores e certamente podemos afirmar sem sustos que, pela conjunção de fatores mencionados, somos obrigados a reconhecer que o Curso de Educação Física da UFBA representou uma conquista histórica para área no Estado da Bahia, modificando o paradigma de formação profissional, ao tentar construir um ensino de Educação Física que pudesse participar da produção da cultura escolar como um tempo e um espaço de conhecer, de provar, de criar e recriar as práticas corporais produzidas pelos homens e mulheres ao longo de sua história cultural.

Certamente este perfil de Formação Profissional em Educação Física inaugurado pela UFBA no Estado da Bahia, teve influência nos demais cursos já existentes e mesmo nos que foram criados posteriormente, e considerando a análise de tal trajetória, num sentido muito mais exploratório e não necessariamente conclusivo, abrimos margem para que se aprofundem suas análises por meio de novas investigações. Portanto, sem juízos apressados ou prescrições pedagógicas, mas com a clareza de ter desvendado pontos obscuros e também ter aberto pistas para novas incursões.

INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA

Em que pese o processo de interiorização vivenciado pela Educação Física baiana, verifica-se ainda a concentração da grande maioria do alunado na capital e região metropolitana, possibilitado, sem dúvida, pela expansão da rede privada de ensino, que hoje representa 71% da oferta dos Cursos de Educação Física no Estado da Bahia.

Em 1989, a Faculdade Montenegro cria o primeiro Curso de Educação Física no interior do Estado da Bahia, na cidade de Ibicaraí. Todavia, podemos considerar, em grande medida, que a efetiva expansão e consequente interiorização da Formação Profissional em Educação Física na Bahia foi consolidada pelas Universidades Públicas Estaduais. Portanto, em ações que pareciam articuladas, todas as Universidades Estaduais baianas, na sua grade de oferta, mobilizaram-se a partir da segunda metade da década de 1990 para a criação de Cursos de Formação de Professores de Educação Física.

Vê-se, portanto que a dinâmica da criação de Cursos foi intensa, principalmente a partir do ano de 1997, quando é implantado o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no campus da cidade de Jequié e o mesmo curso na Universidade Estadual de Feira de Santana, na cidade de Feira de Santana.

Posteriormente, no ano de 1999, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cria o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física na cidade de Guanambi, e no ano de 2004 expande essa oferta com a criação de mais dois cursos nas cidades de Alagoinhas e Jacobina. Ainda em 2004, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), após um longo processo de discussão, haja vista a criação do Curso em 15 de agosto de 1998 pelo Conselho Superior da Universidade, também implanta um Curso de Licenciatura Plena em Educação Física, contemplando as cidades de Itabuna e Ilhéus com tal feito.

A criação desses Cursos nas Universidades Estaduais baianas foi resultado de uma longa experiência de debates, de superação de pré-conceitos, mesmo porque isto significava, em algumas Universidades, a retomada de iniciativa de ofertas de novos Cursos Públicos para a sociedade. Portanto, as justificativas para a implantação dos referidos Cursos precisaram de consistência acadêmica e social resultante da ausculta nas comunidades locais, mas precisamos marcar que a justificativa central era o atendimento de demandas reprimidas e carência profissional nas regiões de instalação dos Cursos.

Partindo-se da análise dos projetos de criação dos cursos de Educação Física das Universidades Estaduais baianas, podemos observar que na UESB, UEFS, UNEB e UESC, todos eles, em maior ou menor medida, assumem a continuidade de um perfil de formação iniciado na Bahia pelo Curso de Educação Física da UFBA. Esse resultado, a nosso juízo, é fruto de uma combinação de fatores, quais sejam: abrigarem-se em uma estrutura pública de ensino, sobretudo em um ambiente universitário; contar com professores (concursados) egressos do Curso da UFBA, o que favoreceu uma orientação parecida com a formação recebida; estarem orientados pela mesma legislação referente à formação Profissional em Educação Física no Brasil, 03\87 e pelas Diretrizes Nacionais; na elaboração dos seus projetos, consultorias dadas por professores do quadro docente da UFBA.

Portanto, todos estes cursos reivindicam para si a condição de ser crítico, emancipatório e criativo, adotando em certa medida a história como matriz de referência, procurando sintonizar a

Educação Física, o esporte e o lazer com as problemáticas significativas de pesquisa e de demandas das comunidades.

Toda essa base teórica que aproxima os Cursos de Educação Física das Universidades Estaduais baianas, não foi, nem está sendo capaz de produzir uma unidade curricular. Se tomarmos com exemplo a experiência da UNEB que conta hoje com três cursos de Educação Física, perceberemos a existência de dois projetos curriculares distintos. De qualquer forma, os Cursos de Educação Física das (UEBA) trouxeram alterações, e por que não dizer, contribuições significativas na configuração dos seus currículos. Todos os Cursos preveem os primeiros subsídios teórico-metodológicos para a questão da pesquisa a partir dos períodos inicias, prosseguindo-se até o final da graduação, permitindo, desta forma, aos alunos esboçarem uma atitude mais crítica sobre a realidade da Educação Física.

As propostas curriculares idealizavam o rompimento entre teoria e prática na formação, na medida em que se pensava o estágio como eixo articulador do currículo e não como produto final do Curso. As disciplinas estão dispostas muito mais para a abordagem dos aspectos teórico-metodológicos, expressando teoricamente os sentidos e significados, e não mais só instrumentalização técnica.

Os Cursos de Educação Física das UEBA desempenharam e ainda desempenham um importante papel, tanto na interiorização pedagógica da Formação em Educação Física como na formulação e implementação de vários projetos. Vale salientar que as únicas experiências de reformulação curricular propriamente dita em Educação Física na Bahia, deram-se em dois cursos de Educação Física das UEBA, quais sejam: UNEB (Guanambi) e UEFS.

A experiência de oferta de Cursos de pós-graduação (lato sensu) em Educação Física na Bahia a partir de Universidade pública também foi inaugurada por duas UEBA, quais sejam: UESB e UNEB (Alagoinhas).

Portanto, através da formação de linhas e grupos de pesquisa, sobretudo, após a chegada de vários docentes provindos de cursos de mestrado e doutorado; a atração de vários docentes já devidamente titulados das várias localidades do país; a produção da formação continuada dos seus egressos, alguns dos quais já se tornaram professores efetivos de alguns cursos de Educação Física das UEBA, enquanto outros estão cursando mestrado e doutorado, acontece a mobilização de um conjunto de professores, no sentido de se criar um ambiente favorável para consolidação dos cursos de Educação Física das UEBA.

Não há dúvidas, quanto às imensas responsabilidades socias e políticas assumidas pelos Cursos de Educação Física das Universidades Estaduais da Bahia, sobre a credibilidade pública que se afirma sobre os mesmos e não há dúvida de que é preciso, repensar os desafios colocados sobre a sua forma de atuação, sobretudo diante dos modelos de formação profissional idealizados, prevendo-se a divisão da formação entre licenciados e graduados, mas sobretudo dentro de um contexto corrente de aligeiramento da formação.

Sem dúvidas, não resta outra alternativa senão, a partir de ações acadêmicas consistentes, cobrar e exigir do seu mantenedor (Governo do Estado) melhores condições de desenvolvimento para, coletivamente, avançar na superação dos grandes desafios colocados, ousando novas possibilidades.

A EXPANSÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA

O processo de Formação Profissional em Educação Física na Bahia vem experimentando, especialmente na última década, grandes transformações, ressaltando os processos de crescimento, de expansão da rede privada e de diversificação das suas instituições e cursos. No que concerne ao crescimento e à oferta dos Cursos, as análises demonstram a concentração do atendimento em determinadas áreas geográfica do Estado, deixando a descoberto regiões com grande abrangência populacional e territorial, como por exemplo, o oeste baiano.

O boom vivenciado pela Educação Superior no Brasil a partir de 1996 se assemelha à corrida pelo ouro. A flexibilização das exigências para a entrada da iniciativa privada, implementada no segundo mandato do governo FHC, com a promulgação da LDBEN, atraiu de tal forma o interesse do mercado que o setor contabiliza taxas na ordem de três dígitos. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o número de instituições privadas aumentou no país em 151,6%, passando de 711 para 1.789, no curto período de 1996 a 2004. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC, 2007), existem hoje no Brasil cerca de 2.300 instituições, entre privadas e públicas. A rede particular representa 89,9% do total, com 2.135 unidades de ensino.

O aumento exponencial dos cursos de graduação mostra a voracidade com que os investidores entraram no setor. Em apenas oito anos, a partir de 1996, a oferta praticamente quadruplicou, saltando de 3.666 para 12.382. E como é típico de um crescimento desordenado, no qual o mercado dita as regras, teve um inchaço nas graduações que requerem menos investimentos.

Segundo o censo da Educação Superior de 2003, divulgado pelo Ministério da Educação, o número de universitários no país cresceu 11,7% revelando que 52,2% das matrículas concentravam-se em apenas seis opções: Administração, Direito, Pedagogia, Engenharia, Letras e Comunicação. Na apressada conquista do mercado educacional, a iniciativa privada forçou a ancoragem da expansão em poucos cursos, o que causou um desequilíbrio enorme no panorama das vocações profissionais dos jovens brasileiros. O Curso de Educação Física foi responsável por 116.621 matriculas representando a oitava opção em curso de graduação com maior número de alunos matriculados.

Esta dimensão foi observada na Educação Física baiana, pois só em quatro anos, precisamente a partir do ano de 2002, mais do que dobrou a quantidade de Cursos de Educação Física na Bahia, triplicando a quantidade de vagas ofertadas.

Por fim, podemos concluir dizendo que, na apressada conquista do mercado Educacional, a iniciativa privada forçou a ancoragem da expansão de Cursos, o que muitas vezes causou um desequilíbrio enorme no panorama da Formação Profissional de várias áreas, inclusive em Educação Física.

Consideramos que o processo de expansão da formação profissional em Educação Física na Bahia tem recentemente se afirmado a partir das implementações de Cursos pela rede privada de ensino, assumindo as diretrizes curriculares como matriz de elaboração de suas propostas de formação, portanto, redefinindo o processo de formação na área na Bahia e no Brasil.

Longe de tentar fugir desse debate que envolve aspectos como: aligeiramento na formação, divisão da formação em graduação e licenciatura, papel político que esses cursos assumem em sua formação, devemos considerar que este momento não foi objeto desta investigação e que o tempo de implementação de tais cursos talvez ainda seja insuficiente para uma análise mais precisa. No entanto, consideramos que este seja um novo momento, inaugurando, sem dúvida, uma nova história na Educação Física baiana.

REFERÊNCIAS

ARENO, W. **Relatório da viagem ao Norte do Brasil.** Arquivo da ENEFD, Rio de Janeiro. nº4, junho, p.26-43, 1948.

BAHIA. **Plano Integral de Educação**, 1969.

_____: **Resolução nº 69,** de 02 de dezembro 1969.

_____: **Resolução nº 03**, de 16 de junho 1987. Diário oficial, (172), Brasília. 1987

_____. MEC. INEP. SINAES (Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior), disponível na página do INEP na Internet (http://www.inep.gov.br). Acesso em 10/12/2007.

FERRARO, A N. **A Educação Física na Bahia:** memórias de um professor. Bahia CEDUFBA, 1991

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1992.

MOLINA, A. & AZEVEDO, A. C. B. Os significados que emergem da formação do primeiro corpo docente da ENEFD. In **História oral aplicada à Educação Física brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Central, 1998.

[1] Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.